

SUMÁRIO

Apresentação	31
Prefácio	35

LIVRO I

TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, 47

PARTE I

RISCO ADMINISTRATIVO E CULPA, 49

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR OMISSÃO: CONTORNOS GERAIS E CONTROVÉRSIAS, 51

DANIEL FERREIRA

Introdução	52
Questão de Ordem	53
1. Compreensão do Art. 37, § 6º da Constituição Federal de 1988: responsabilidade civil do Estado por atos lícitos e/ou por atos ilícitos?	53
2. Compreensão do Art. 37, § 6º da Constituição Federal de 1988: responsabilidade civil do Estado por atos comissivos e/ou por atos omissivos?	55
2.1. Danos decorrentes de atos comissivos	55
2.2. Danos “decorrentes” de atos omissivos: atos comissivos por omissão	56
2.2.1. Imputação objetiva do resultado	57
3. A omissão estatal que enseja indenização é sempre o “deixar de agir: o deixar de evitar (o dano)” desconforme à lei, ao Direito	58
3.1. Antijuridicidade como contrariedade à lei e ao Direito	60
3.1.1. Dever Legal do Estado de evitar danos prestando adequado Serviço de Saúde Pública x Dever Legal do Estado de respeitar o Direito de Liberdade Religiosa (Testemunha de Jeová que “proíbe” a transfusão de sangue)	61
4. As “Excludentes de responsabilidade” ou desnaturam o presumido nexo de causalidade material ou a imputabilidade objetiva do resultado	63

4.1. O desfazimento do nexo de causalidade ou de imputação objetiva do resultado só se avalia no caso concreto	64
5. Compreensão do alcance do Art. 37, § 6º da Constituição Federal de 1988: a responsabilidade civil do Estado por danos é objetiva ou subjetiva?	65
5.1. A responsabilidade civil do Estado por ato comissivo prescinde da investigação do elemento subjetivo da conduta do agente	65
5.1.1. A similar lição como extraída do Código Civil em vigor	66
5.2. A responsabilidade civil do Estado por ato comissivo por omissão prescinde, por igual, da investigação do elemento subjetivo da conduta do agente	67
5.3. A reprobabilidade do comportamento estatal danoso, omissivo de resultado (comissiva por omissão), é normativa e se revela pela antijuridicidade – que “autoriza” a imputação objetiva do resultado; portanto, reclama a inexigibilidade de conduta diversa para desconstituição do ordinário dever de indenizar	68
5.4. A Responsabilidade civil do Estado não se propõe como objetiva ou subjetiva: o dever de ressarcimento tem origem no dano, tão-só	70
5.5. A reprobabilidade do agir estatal antijurídico e danoso por omissão na <i>sociedade global, tecnológica e de riscos</i>	71
6. A questão do ônus da prova para fins de verificação, <i>in concreto</i> , da responsabilidade civil do Estado	72
6.1. O “princípio da reserva do possível”	74
7. Responsabilidade civil do Estado por ato lesivo, comissivo por omissão, do Juiz ou do Legislador	76
Bibliografia	77

A RELEVÂNCIA DA CULPA NA RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO, 79

JACINTHO DE ARRUDA CÂMARA

1. Colocação do problema	80
2. A responsabilidade subjetiva	81
2.1. A responsabilidade por culpa do serviço	81
3. Responsabilidade objetiva	82

4. A coexistência das duas espécies de responsabilidade no sistema jurídico brasileiro	83
5. O papel da culpa na determinação da responsabilidade do Estado ..	86
5.1. A culpa nos comportamentos omissivos	87
5.2. Nos comportamentos comissivos	89
5.3. Casos em que o problema da culpa não se põe	90

**PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO
CONTIDOS NO ART. 37, PARÁGRAFO 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 93
MARCELO BENACCHIO**

1. Considerações iniciais	94
2. Atuação estatal e ilicitude	95
3. Âmbito de aplicação do art. 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal perante o Estado	98
4. Pressupostos da responsabilidade civil extracontratual do Estado	101
4.1. O Fato lesivo	102
4.2. O dano	103
5. Excludentes da responsabilidade civil extracontratual do Estado	107
5.1. Fato exclusivo da vítima	108
5.2. Fato de terceiro	110
5.3. Caso fortuito e força maior	111
Referências	113

**O PAPEL DA *CULPA* NA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, 117
DIOGO L. MACHADO DE MELO**

1. Prólogo: há espaço para o estudo da culpa na responsabilidade civil contemporânea?	118
2. Anotações esparsas sobre a teoria da culpa e seus problemas fundamentais	122
2.1. Exteriorização do erro de conduta: imprudência, negligência e imperícia	127
3. Relevância da culpa na Responsabilidade Civil do Estado	128
3.1. Omissão, falha ou falta do serviço	128
3.1.1. Culpa anônima	130
3.2. Culpa do agente para responsabilidade regressiva	131

3.3. “Culpa” exclusiva da vítima e “culpa” de terceiro	132
3.4. Aplicação do art. 944, § único para os casos de Responsabilidade Objetiva?	133
4. O estágio atual da teoria da culpa e suas repercussões na responsabilização Estatal	140

RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO NAS ATIVIDADES PERIGOSAS. O

RISCO INTEGRAL POSITIVADO NO CÓDIGO CIVIL, 149

FLAVIA MARIA PELLICIARI SALUM

I. Introdução	150
II. O Dever de Indenizar Fundado na Teoria do Risco	151
III. A Responsabilidade Fundada no Risco – Positivada no Art. 927, Parágrafo Único, do Código Civil	153
IV. A Responsabilidade Civil do Estado	155
V. A Responsabilidade Objetiva do Estado Decorrente da Atividade de Risco	158
VI. As Excludentes Gerais de Responsabilidade e sua Inaplicabilidade na Responsabilidade pelo Risco da Atividade	163
Referências Bibliográficas	167

AS OMISSÕES DOS AGENTES PÚBLICOS. FAUTE DU SERVICE E OUTROS

ESCLARECIMENTOS SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL

DO ESTADO, 169

DEBORAH PIERRI

Introdução	170
Responsabilidade extracontratual do Estado e sua evolução	171
A responsabilidade civil do Estado no mundo	173
A responsabilidade civil do Estado no Brasil	175
As omissões do Estado e a responsabilidade civil extracontratual	178
O significado da culpa nas omissões dos serviços públicos	182
Conclusões	191
Referências Bibliográficas	193
Sites Consultados	194

**RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL NO DIREITO PRIVADO E NO
DIREITO PÚBLICO: PERSISTEM AS DIFERENÇAS?, 195**

LUÍS FRANCISCO AGUILAR CORTEZ

I. Introdução	196
II. A evolução da Responsabilidade Civil Extracontratual no Direito Privado e no Direito Público	197
2.1. Direito Privado	198
2.2. Direito Público	199
III. Sistematização do regime de responsabilidade extracontratual	201
3.1. Fundamentos da responsabilidade extracontratual	203
3.2. Regime jurídico da responsabilidade extracontratual	205
IV. Responsabilidade objetiva e subjetiva na perspectiva constitucional	206
V. Considerações finais	208
Bibliografia	209

PARTE II

UMA ANÁLISE POR PRINCÍPIOS, 211

RESPONSABILIDADE ESTATAL E SEGURANÇA JURÍDICA, 213

SERGIO FERRAZ

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, A OMISSÃO INCONSTITUCIONAL E O
PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE, 223**

JUAREZ FREITAS

1. Introdução	224
2. O Princípio da Proporcionalidade: Vedação do Excesso e da Omissão Inconstitucional	226
3. Responsabilidade Extracontratual do Estado e o Princípio da Proporcionalidade	229
4. Conclusões	236

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, *FAUTE DU SERVICE* E O PRINCÍPIO
CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA, 239**

EMERSON GABARDO & DANIEL WUNDER HACHEM

1. Introdução	240
---------------------	-----

2. A configuração jurídica do princípio constitucional da eficiência administrativa	241
2.1. Contexto e sentido da positivação	241
2.2. Conteúdo jurídico no ordenamento constitucional brasileiro	244
2.3. Consequências jurídicas da atividade administrativa ineficiente	258
3. A responsabilidade civil do Estado por descumprimento do princípio da eficiência	261
3.1. Ineficiência administrativa e a teoria da “faute du service”	262
3.2. A desnecessidade de avaliação subjetiva na responsabilização por omissão ou ineficiência	269
3.3. Elementos configuradores da responsabilidade objetiva do Estado por atuação ineficiente	282
4. Referências bibliográficas	288

PARTE III

NEXO CAUSAL E IMPUTAÇÃO JURÍDICA, 293

HIPÓTESES DE NÃO-INCIDÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, 295

ALEXANDRE DARTANHAN DE MELLO GUERRA

Introdução	296
Evolução Histórica da Responsabilidade Civil do Estado	298
Da Responsabilidade Civil do Estado por Atos <i>Lícitos</i> e Atos <i>Ilícitos</i>	301
Das Causas de <i>Não Incidência</i> de Responsabilidade Civil	306
Crítica à Expressão <i>Causas Excludentes de Responsabilidade Civil do Estado</i>	312
Caso Fortuito e Força Maior	318
Caso Fortuito <i>Externo</i> ou <i>Interno</i>	321
Fato Exclusivo da Vítima e Fato de Terceiro	326
Da Incidência de Pluralidade de Causas na Fixação Proporcional de Indenização	331
Ônus da Prova dos Pressupostos da Responsabilidade Civil e das Causas de sua Não Incidência	333
Conclusões	335
Referências Bibliográficas	337

ENSAIO SOBRE O NEXO DE CAUSALIDADE NA RESPONSABILIDADE CIVIL
DO ESTADO, 341

TÂNIA MARA AHUALI

Introdução	342
O Panorama Atual da Responsabilidade Civil do Estado	343
O Nexo de Causalidade	346
Da Apreciação das Causas	353
O Papel do Judiciário e os Julgamentos por Equidade	355
Referências Bibliográficas	358

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, NEXO CAUSAL E
IMPUTAÇÃO OBJETIVA, 361

RICARDO MARCONDES MARTINS

1. Causalidade e imputação	362
2. Causalidade e direito	366
3. Nexo causal	366
4. Responsabilidade civil do Estado na teoria tradicional	369
5. Crítica de Marçal Justen Filho	372
6. Imputação objetiva	374
7. Imputação objetiva do dever estatal de reparar o dano	378
8. Excludentes de imputação	382
Referências Bibliográficas	388

PARTE IV

DANO JURÍDICO E PRESCRIÇÃO, 391

ATIVIDADE ESTATAL E PERSPECTIVA OBJETIVA DO ILÍCITO, 393

RONNIE HERBERT BARROS SOARES

1. Administração Pública e Responsabilidade Civil	394
2. A Atividade Estatal	400
3. O Ilícito Objetivamente Compreendido	402
4. Conclusão	406
Bibliografia	407

**PARTICULARIDADES DO ARBITRAMENTO DO DANO MORAL NA
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, 411**

ÊNIO SANTARELLI ZULIANI

1. O Poder Público deve reparar os prejuízos decorrentes de falhas de serviços, compensando os danos não patrimoniais	412
1.1. Responsabilidade objetiva (risco administrativo) e a responsabilidade por omissão	414
2. Dano moral indenizável	418
2.1. Danos morais em caso de morte e lesões à integridade física	419
2.2. Abuso sexual de menor em escola	422
2.3. Danos morais por enchentes em estabelecimento comercial	422
2.4. Violações de propriedade e de domicílio	423
2.5. Erro judiciário	424
2.6. Ofensas à honra por servidores e autoridades	426
2.7. Atos de tabelionato	426
2.8. Danos morais coletivos	427
3. Critérios gerais de arbitramento e reflexões sobre o emprego deles quando o Estado é condenado a pagar danos morais	430
3.1. Critérios gerais de arbitramento	430
3.2. Situações repetitivas	433
4. Conclusões	434
Bibliografia	437

**CRITÉRIOS PARA O ARBITRAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
CAUSADOS PELO ESTADO, 439**

FAUSTO JOSÉ MARTINS SEABRA

Introdução	440
Lineamentos do direito francês	441
O Estado em juízo	444
Critérios da doutrina e da jurisprudência. O tabelamento.	446
Conclusões	453
Bibliografia	454

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO ADMINISTRATIVO, 455
DANIEL SERRA AZUL GUIMARÃES

LIVRO II
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO EM SUA APLICAÇÃO CONCRETA, 471

PARTE V
SERVIÇOS PÚBLICOS, CONCESSÕES E OBRAS PÚBLICAS, 473

A GREVE E OS SERVIÇOS PÚBLICOS. DA PROIBIÇÃO AO EXERCÍCIO DE UM
DIREITO COM RESPONSABILIDADE, 475

MARCELO FIGUEIREDO

I. Introdução	476
II. Os serviços públicos e os serviços essenciais	476
III. A greve no setor privado e nos serviços essenciais e seus limites	479
IV. A Greve na Função Pública em alguns Países	482
V. A Greve no Serviço Público no Brasil	484
VI. Da Responsabilidade Civil Por Abuso do Direito de Greve	488
VII. Da Responsabilidade Civil do Estado	494

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS, 499

ALEXANDRE DARTANHAN DE MELLO GUERRA

Introdução	500
1. Serviços Públicos. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios.	500
2. Princípio da Continuidade de Prestação dos Serviços Públicos Essenciais	505
3. O Confronto entre o Artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal Nº 8.078/90) e o Artigo 6º, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei Federal nº 8.987/95	508
4. O Papel dos Princípios da Dignidade Humana e Solidariedade Social na Responsabilidade Civil do Estado. <i>A Gradação de Essencialidade</i>	518
5. O Papel da Boa-Fé e do Princípio da Confiança na Responsabilidade Civil do Estado	530
Conclusões	532
Referências Bibliográficas	533

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA GESTÃO DO
SERVIÇO PORTUÁRIO, 537**

CRISTIANA MARIA MELHADO ARAUJO LIMA &

DINORÁ ADELAIDE MUsETTI GROTTI

1. Considerações preliminares	538
1.1. O princípio da responsabilidade dos serviços públicos	538
1.2. O Serviço Portuário	547
2. Formas de exploração da atividade portuária	552
2.1. Instalação de uso privativo	552
2.2. Porto público e instalação de uso público	557
Conclusão	571

**A LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÃO, A ANATEL, ORGANIZAÇÃO DOS
SERVIÇOS, REGIME JURÍDICO DE SUA PRESTAÇÃO E RESPONSABILIDADE
DO ESTADO, 573**

MÁRCIO CAMMAROSANO

I. A Lei Geral de Telecomunicações e a ANATEL	574
II. Da Atual Organização dos Serviços de Telecomunicações	581
III. Regime Jurídico dos Serviços de Telecomunicação e Responsabilidade do Estado	585

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANOS PROVOCADOS POR
CONCESSIONÁRIOS EM PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, 591**

MARCIO PESTANA

1. Introdução	592
2. A Parceria Público-Privada (PPP)	593
3. A Sociedade de Propósitos Específicos (SPE)	594
4. A responsabilidade civil do Estado pelos danos causados pela concessionária	595
4.1. A responsabilidade contratual	596
4.2. A responsabilidade em relação a obrigações contratuais ou disposições legais questionadas por suposto vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade	597
4.3. A responsabilidade extracontratual pelos danos causados pela PPP a não usuários-consumidores	599

4.4. A responsabilidade por danos causados a usuários-consumidores	601
5. Conclusão	605

RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DAS PESSOAS PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, 607

CLOVIS BEZOS

I. Breve histórico da responsabilidade extracontratual do Estado	608
II. A Responsabilidade Extracontratual das Pessoas Privadas Prestadoras de Serviços Público	611

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATOS DE CONCESSIONÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, 625

JOSÉ EDUARDO DA COSTA

1. Introdução	626
2. Serviços públicos	626
2.1. Prestação direta e indireta	631
3. Concessionários de serviços públicos	632
4. A responsabilidade do Estado pelos atos dos concessionários	634
4.1. Doutrina do esgotamento da capacidade econômica do concessionário	634
4.2. Doutrina da culpa <i>in eligendo</i>	635
4.3. Doutrina da culpa <i>in vigilando</i>	637
4.4. Dano indenizável	639
Bibliografia	640

A RESPONSABILIDADE DAS CONCESSIONÁRIAS (DE RODOVIAS) POR ACIDENTES ENVOLVENDO ANIMAIS NA PISTA. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, 641

ALEXANDRE DAVID Malfatti

1. Introdução	642
2. A Responsabilidade Civil Objetiva da Concessionária por Eventos Danosos Provocados pela Prestação do Serviço, Independente de Culpa.	642
2.1. Normas Genéricas sobre a Responsabilidade Civil da Concessionária	642

2.2. Normas Específicas de Proteção ao Consumidor, na Caracterização da Responsabilidade Civil Objetiva do Fornecedor	643
3. A Concessionária de Serviço Público. Exploração de Rodovia. Acidente entre Animais na Pista e Automóveis de Consumidores (Usuários). Nexo de Causalidade. Defeito do Serviço.	648
3.1. Nexo de Causalidade	648
3.2. Defeito do Serviço	649
4. Excludentes da Responsabilidade da Concessionária. Considerações sobre Culpa Exclusiva de Terceiro e Culpa da Vítima.	652
5. Conclusão	653
Bibliografia	653

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E AS CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS, 655

LETÍCIA QUEIROZ DE ANDRADE

1. As concessões de rodovias no Brasil	656
2. Breve panorama da disciplina jurídica acerca da responsabilidade civil dos prestadores de serviço público	657
3. Considerações específicas sobre a responsabilidade das concessionárias de rodovias	661

APROXIMAÇÕES E DISTINÇÕES ENTRE AS NOÇÕES DE CONSUMIDOR E USUÁRIO NA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, 665

FABRÍCIO BOLZAN

1. Introdução	666
2. O serviço público e a incidência do CDC	668
3. Aproximações e distinções entre as noções de consumidor e usuário do serviço público	674
4. Repercussões da responsabilidade civil objetiva como direito a ser invocado também pelo terceiro não usuário do serviço público ...	683
5. Conclusão	687
Bibliografia	688

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, 691

RAFAEL MARINANGELO

I. Introdução	692
II. Breves Apontamentos sobre a evolução da Responsabilidade Civil do Estado	693
III. A Responsabilidade Civil do Estado no Sistema Jurídico Brasileiro	697
IV. A Responsabilidade do Estado pelas Obras que executa	704
V. Conclusões	712
VI. Bibliografia	713

PARTE VI

SEGURANÇA PÚBLICA, 715

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR INSUFICIÊNCIA DA

SEGURANÇA PÚBLICA, 717

LUIS MANUEL FONSECA PIRES

I. A responsabilidade civil do Estado por ação e por omissão	718
II. O nexo causal e as teorias da causalidade adequada e da imputação objetiva	720
III. O direito fundamental à segurança pública	723
IV. O direito fundamental à boa-administração da segurança pública	725
V. A estrutura da norma jurídica de responsabilidade civil e o comportamento omissivo como elemento nuclear do seu suporte fático em razão da violação do direito fundamental à boa administração da segurança pública	727

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANOS CAUSADOS POR

TORCIDAS ORGANIZADAS, 739

RÔMOLO RUSSO JÚNIOR

Introdução: atualidade do tema	740
2. A comunhão grupal e o ser provisório. Considerações psicanalíticas de FREUD e WINNICOTT. Noção de vandalismo. A atipicidade da lesão patrocinada por grupos de pessoas que compõe as torcidas organizadas de futebol	741

3. A evolução da responsabilidade civil: breves considerações. A distinção entre omissão específica e omissão genérica em face de encontros antecipadamente anunciados entre torcidas organizadas. O retrocesso da idéia de culpa estatal e o não reducionismo do alcance do art. 37, § 6º, da Carta da República.	745
3.1. A distinção entre omissão específica e omissão genérica em face de encontros antecipadamente anunciados entre torcidas organizadas. O retrocesso da idéia de culpa estatal e o não reducionismo do alcance do art. 37, § 6º, da Carta da República.	748
4. A aplicabilidade da teoria da indenizabilidade do dano social. Função social da indenizabilidade.	761
5. A solidariedade passiva entre o Estado federado, Associações esportivas, Federações e Confederações	768
7. Conclusões	770

PARTE VII

AGÊNCIAS REGULADORAS E REGULAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA, 773

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO DE AGÊNCIA REGULADORA, 775

ERIK FREDERICO GRAMSTRUP

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO EXERCÍCIO DA REGULAÇÃO DA ATIVIDADE BANCÁRIA, 791

IVO WAISBERG

Introdução	792
1. Mercado Financeiro e Sistema Financeiro Nacional	793
1.1. O Sistema Bancário	793
2. O Banco Central do Brasil (BACEN)	799
2.1. Panorama Passado da Atividade Bancária	799
2.2. Natureza Jurídica do Banco Central do Brasil	800
2.3. Funções do Banco Central	801
2.4. O Banco Central e a Fiscalização do Mercado Financeiro	804
3. A Responsabilidade Civil do Estado	807
3.1. Panorama sobre a Responsabilidade Civil do Estado	807

3.2. Evolução Legislativa no Brasil	811
4. A Responsabilidade do Banco Central nas Liquidações Extrajudiciais	814
4.1. O Bacen e as Liquidações Extrajudiciais	814
Conclusão	818
Bibliografia	819

PARTE VIII

TERCEIRO SETOR E SAÚDE PÚBLICA, 821

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS ENTIDADES PARAESTATAIS, 823

MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO

1. O que são entidades paraestatais?	824
2. Aproximação entre as entidades paraestatais e o terceiro setor	830
3. Equiparação aos agentes públicos para fins de responsabilidade	834
4. Responsabilidade civil das entidades paraestatais e do terceiro setor	835
5. Responsabilidade subsidiária e solidária do Estado	840
6. Conclusão	841
Referências bibliográficas	841

DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO FRENTE AOS DANOS CAUSADOS PELAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, 843

CAROLINA ZANCANER ZOCKUN

Introdução	844
I. Da responsabilidade estatal na Constituição de 1988	844
II. Da responsabilidade pela má prestação dos serviços que forem fomentados pelo Estado	847
2.1. Da responsabilidade das entidades do Terceiro Setor	847
2.2. Da responsabilidade das organizações sociais pela má prestação dos seus serviços	849
III. Da responsabilidade estatal frente aos danos causados pelos serviços prestados pelas organizações sociais	855

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: NATUREZA JURÍDICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM FACE DOS DANOS CAUSADOS A TERCEIROS, 859

CRISTIANA FORTINI

1. Consideração inicial.....	860
2. O Modelo Institucional das Organizações Sociais (Lei nº 9.637/98)	860
3. A natureza jurídica da atividade desenvolvida pelas Organizações Sociais e a Lei nº 9.637/98	861
4. A natureza jurídica da responsabilidade civil da Organização Social por atos causados por seus agentes a terceiros	867

RESPONSABILIDADE DO ESTADO PELO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E SUAS IMPLICAÇÕES, 871

IVAN RICARDO GARISIO SARTORI

1. Introdução	872
2. Questões pacíficas	872
3. Questões relevantes	874
3.1. Hipossuficiência; exigência de relatório médico e prescrição do fármaco ou tratamento por médico estranho à rede pública de saúde	874
3.2. Registro na ANVISA e terapias experimentais	876
4. Categorias: genéricos, similares, medicamentos excepcionais e de alto custo; questão das patentes	877
5. Cabimento de Mandado de Segurança	881
6. Questões outras: idosos, menores, legitimidade ativa do Ministério Público e fixação de astreintes	882
Bibliografia	883
Textos on-line	883
Obras consultadas	883
Pesquisa e Colaboração	883

PARTE IX

CULTURA, EDUCAÇÃO E IMPRENSA, 885

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA PROMOÇÃO DA CULTURA E NA
PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO, 887

FERNANDO DIAS MENEZES DE ALMEIDA & FERNANDA NOIA DA COSTA LINO

1. Responsabilidade civil do Estado – considerações gerais	888
2. Cultura e patrimônio cultural na Constituição de 1988 – aspectos conceituais	892
3. Deveres do Estado em relação à promoção da cultura e à proteção do patrimônio cultural	898
4. Incidência da responsabilidade civil do Estado na matéria em questão	901

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E ENSINO SUPERIOR, 909

FELIPE CHIARELLO DE SOUZA PINTO

1. Introdução	910
2. Planejamento e Controle do Ensino Superior pelo Estado e Autonomia Universitária	912
3. Responsabilidade Civil do Estado (artigo 37, §6º da CF)	914
4. Ensino Superior e Limites da Responsabilidade Civil do Estado	916
Conclusão	917
Bibliografia	918

A LIBERDADE DE IMPRENSA E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, 919

ROBERTO DIAS

1. Imprensa e Democracia	920
2. A responsabilidade civil do Estado por ação e omissão	924
2.1. A responsabilidade do Estado por atos legislativos	926
2.2. A responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais	928
3. A responsabilidade do Estado e a liberdade de imprensa: algumas hipóteses	929
3.1. A interceptação da comunicação telefônica entre jornalistas e suas fontes	929
3.2. O caso da prisão da repórter do <i>The New York Times</i> por se recusar a revelar suas fontes num processo judicial	930

3.3. A proibição imposta judicialmente ao jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> de divulgar reportagens sobre processo criminal de grande repercussão nacional	931
3.4. O fechamento de emissoras rádios e televisões por ato do governo da Venezuela, sob a presidência de Hugo Chávez	932
Bibliografia	933

PARTE X

URBANISMO E MEIO AMBIENTE, 935

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO MANEJO DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA DO ESTATUTO DA CIDADE, 937

ADILSON ABREU DALLARI

I. Introdução	938
II. A Responsabilidade Extracontratual do Estado	942
III. Instrumentos de Política Urbana	945
IV. A Indenização	956
V. Conclusões	960

RESPONSABILIDADE DO ESTADO E O PLANO URBANÍSTICO, 963

DANIELA CAMPOS LIBÓRIO DI SARNO

1. Apresentação	964
2. Planejamento e plano urbanístico	964
2.1. Introdução	964
2.2. O caráter jurídico	965
3. Sacrifício de direito em razão dos planos urbanísticos	967
4. Execução do plano urbanístico	970
4.1. Execução parcial de obra: interrupção indevida	970
4.2. Inexecução de obra: obrigação de fazer	972
5. Responsabilidade urbanística na aprovação de obras ou atividades – o princípio da prevenção aplicado à matéria urbanística	973
6. Conclusão	976
Bibliografia	977

**A INSTRUMENTALIDADE ÉTICA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NA
RESPONSABILIDADE PELO MEIO AMBIENTE, 979**
CARLA PINHEIRO & WILLIS SANTIAGO GUERRA FILHO

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANOS AO MEIO AMBIENTE
DECORRENTES DE ATERROS SANITÁRIOS, 1001**

ROBERTO MAIA FILHO

1. Introdução	1002
2. Responsabilidade Civil Ambiental ou Ecológica	1002
3. A Poluição, o Lixo e os Aterros Sanitários	1008
3.1. Poluição	1008
3.2. Lixo	1011
3.3. Aterros sanitários	1023
4. Da Responsabilidade Civil do Estado por Danos ao Meio Ambiente	1024
5. Conclusões	1031

PARTE XI

DEVERES DO ESTADO-LEGISLADOR, 1033

**RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO ESTADO E A QUEBRA DA
IMUNIDADE PARLAMENTAR, 1035**

MAURÍCIO ZOCKUN

I. Colação do problema	1036
II. Antecedentes históricos	1038
III. Os limites da imunidade parlamentar	1039
IV. A “venda” de voto e o nascimento da responsabilidade pessoal do parlamentar por dano causado pelo Estado	1043
IV.I Responsabilidade parlamentar por danos causados em razão de omissão legislativa ilícita	1044
IV.II Responsabilidade parlamentar por danos causados em razão de comissão legislativa ilícita	1047

**OMISSÃO LEGISLATIVA INCONSTITUCIONAL E O DEVER DE INDENIZAR DO
ESTADO. ATUAIS POTENCIALIDADES, 1049**

LUIZ GUILHERME ARCARO CONCI

1. Constituições dirigentes e deveres do Estado	1051
2. O Controle das omissões legislativas no Brasil: efeitos da decisão de inconstitucionalidade	1053
3. O direito à indenização por decorrência de omissão legislativa: pinçando o direito comparado constitucional latinoamericano	1055
4. Conclusão	1057

**CONVENCIONALIDADE DAS LEIS DE ANISTIA: IMPACTO DAS DECISÕES DA
CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NOS ORDENAMENTOS
NACIONAIS E RESPONSABILIDADE DOS ESTADOS-PARTES, 1059**

LUIZ GUILHERME ARCARO CONCI & THIAGO LOPES FERRAZ DONNINI

1. Notas sobre o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos	1061
2. O Exame da Convencionalidade das Leis no Sistema Americano de Proteção dos Direitos Humanos: Relações Necessárias entre a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Poder Judiciário nos Estados-Parte	1064
3. A “Declaração de Inconvencionalidade” das Leis de Anistia pela Corte e os seus Impactos nos Ordenamentos Nacionais	1069
3.1. Caso Barrios Altos Vs. Peru	1069
3.2. Caso Almonacid Arellano y otros Vs. Chile	1073
3.3. Caso La Cantuta Vs. Peru	1076
4. Conclusões	1077
Bibliografia	1078

PARTE XII

NOTÁRIOS E REGISTRADORES, 1081

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATO PRATICADO PELO REGISTRADOR
DE IMÓVEIS, 1083**

MARIO ANTONIO SILVEIRA

**RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DOS NOTÁRIOS
E REGISTRADORES, 1099**

VENICIO ANTONIO DE PAULA SALLES

I. Desembargador DÉCIO ERPEN	1107
II. Desembargador Rui Stoco	1109
III. Desembargador Renato Nalini	1110
IV. Considerações gerais	1110

LIVRO III

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO EM JUÍZO, 1117

PARTE XIII

AGENTES PÚBLICOS EM JUÍZO, 1119

**O DIREITO DE REGRESSO DO ESTADO DECORRENTE DO RECONHECIMENTO DE
RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL NO EXERCÍCIO DA
FUNÇÃO ADMINISTRATIVA, 1121**

JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA

1. Introdução	1122
2. A Configuração Normativa do Direito de Regresso	1123
3. Da Regulamentação Legal do Direito de Regresso	1127
4. Elementos e Pressupostos do Ato Administrativo que Determina o Exercício do Direito de Regresso	1136
5. Previsão Constitucional do Direito de Regresso e Inexistente Direito do Agente Responsável de Responder perante apenas o Ente Administrativo Lesado	1141
6. Imprescritibilidade da Ação Regressiva	1144
7. Inexistência de Direito de Regresso no Caso de Responsabilidade Extracontratual do Estado, Decorrente de Ato Lícito	1147
8. Sanções Aplicáveis no Caso de Descumprimento do Dever-Poder de Instauração do Processo Administrativo e Consequente Propositura da Ação Regressiva	1149
9. Da Legitimidade do Ministério Público para Propositura da Ação de Regresso	1151
10. Conclusões	1152
Bibliografia	1154

**A DENUNCIÇÃO DA LIDE NAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE CIVIL
DO ESTADO, 1157**

GILSON DELGADO MIRANDA

1. Noções introdutórias	1158
2. Obrigatoriedade da denúncia.....	1160
3. Hipóteses de cabimento	1162
4. Procedimento	1167
5. Litisdenúncia sucessiva	1169
6. Comportamento processual do denunciado	1169
7. Julgamento e sucumbência	1172
8. As ações de regresso do Estado contra os agentes causadores do dano	1175
9. Bibliografia	1181

**RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTE PÚBLICO, AUTOR DE PARECER JURÍDICO, PELO
TCU. ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DO STF, 1183**

VERA MONTEIRO

I. Colocação do Tema	1184
II. O Precedente no STF – MS nº 24.073/DF, de 2002	1185
III. O MS nº 24.584-1/DF, de 2007	1188
IV. Conclusões	1190

PARTE XIV

ÔNUS DA PROVA, TUTELAS DE URGÊNCIA E LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, 1195

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, 1197

FREDERICO DA COSTA CARVALHO NETO

O princípio inquisitivo	1200
O ônus da prova	1203
O Ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor	1206
As semelhanças entre as relações de consumo e as com o Estado	1207
A inversão do ônus da prova nas ações de responsabilidade civil do Estado	1208
Bibliografia	1211

**TUTELA DE URGÊNCIA NAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE CIVIL
DO ESTADO, 1213**

FERNÃO BORBA FRANCO

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, 1231

FRANCISCO CARLOS INOUE SHINTATE

1. Circunscrição do problema	1232
2. Responsabilidade civil extracontratual do Estado	1232
3. Litigância de má-fé	1236
3.1. Norma jurídica	1236
3.2. Normas jurídicas primárias e secundárias	1239
3.3. Boa-fé e lealdade processual	1239
3.4. Exercício de direito e abuso de direito	1241
3.4.1. Abuso de direito. Planos fático e normativo.	1241
3.4.2. Fato jurídico do abuso do direito	1243
3.5. Má-fé processual	1244
4. Responsabilidade civil do Estado por litigância de má-fé	1251

PARTE XV

VIOLAÇÕES DE ORDENS JUDICIAIS, 1255

A RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL.

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS, 1257

ROGÉRIO GESTA LEAL

I. Notas Introdutórias	1258
II. Configurações normativas do Estado Administrador Brasileiro	1258
III. Enquadramento dogmático da responsabilidade por omissão do Estado Administrador	1260
IV. A responsabilidade do Estado por descumprimento de ordem judicial	1276
V. Bibliografia	1282

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELO ATRASO NO PAGAMENTO
DOS PRECATÓRIOS, 1285**

VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA & MÔNICA BONETTI COUTO

Considerações introdutórias	1286
-----------------------------------	------

1. A responsabilidade civil do Estado	1286
2. O princípio da dignidade da pessoa humana e a (injustificada) mora no pagamento dos precatórios	1288
3. A efetividade do processo como direito fundamental	1293
4. O caso particular do Estado de São Paulo	1295
Síntese conclusiva	1298
Referências	1299

PARTE XVI

DEVERES DO ESTADO-JUIZ, 1301

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ABUSOS E EXCESSOS NA PERSECUÇÃO PENAL, 1303

RUY ALBERTO LEME CAVALHEIRO

Introdução	1304
Parte I	1305
Parte II	1307
Parte III	1309
Parte IV	1310
Parte V	1312
Conclusão	1313
Referências Bibliográficas	1314

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DURAÇÃO NÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO, 1315

OLAVO DE OLIVEIRA NETO & PATRÍCIA ELIAS COZZOLINO DE OLIVEIRA

Introdução	1316
1. Noções Preliminares	1317
1.1. Constitucionalização do direito processual civil	1317
1.2. Modelo constitucional do processo	1319
1.3. Princípios processuais constitucionais	1320
2. O Princípio da Celeridade Processual	1321
2.1. Efetividade e celeridade do processo	1321
2.2. A Emenda Constitucional 45/04	1323
2.2.1. Meios que garantem a celeridade de tramitação	1324

2.2.2. Razoável duração do processo	1325
3. Responsabilidade por Duração Não Razoável do Processo	1328
3.1. Breve consideração sobre a responsabilidade do Estado	1328
3.2. Responsabilidade por demora do processo no Brasil	1330
4. Conclusões	1334
Bibliografia	1335

REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO JUDICIÁRIO E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1337

MARCUS VINICIUS KIYOSHI ONODERA

1. Introdução	1338
2. Evolução e contornos da Responsabilidade do Estado	1338
2.1. Evolução histórica no Brasil	1340
2.2. Evolução nos Estados Unidos	1341
3. O controle de constitucionalidade no Brasil e nos Estados Unidos ..	1343
4. O papel atual do Judiciário na interpretação da Constituição	1345
5. A responsabilidade civil do Estado e seus contornos constitucionais	1349
5.1. Do dano e da reversibilidade – eficácia do provimento jurisdicional	1355
6. Ações constitucionais como instrumentos de controle	1356
7. Parâmetros de controle	1358
8. Conclusões	1361
Bibliografia	1363

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 1367

RICARDO CUNHA CHIMENTI

1. Breves apontamentos sobre a responsabilidade civil	1368
2. A responsabilidade civil extracontratual do Estado no Brasil	1369
3. Da responsabilidade do Estado conforme a natureza do agente público e suas atribuições	1373
3.1. A responsabilidade civil do Estado e o erro judiciário	1377
4. A responsabilidade civil do Estado pelos atos do CNJ e a responsabilidade pessoal dos seus Conselheiros	1378
Referências Bibliográficas	1381